

1. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO – CEDÊNCIA DE POSIÇÃO CONTRATUAL:

Da **DMOSM** submetendo à consideração do Executivo Municipal, a autorização para cessão parcial da posição contratual no contrato de concessão de exploração de um terreno municipal para a Construção e Exploração de um Complexo Desportivo Integrado, nos termos da informação constante do processo.

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Concordo. Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,



(Eng.ª Alzira Torres)

2020/04/14

Despacho:



O Presidente,



(Dr. Ricardo Bruho Antunes Machado Rio)

20/04/15

Órgão competente: **Câmara Municipal**

Empreitada: **“CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO”**

Assunto: Autorização para cessão parcial da posição contratual

Concedente: Supera Areeiro, SA - Cessionário: Supera Braga, Unipessoal, Lda

O Município de Braga e a Supera Areeiro, SA, celebraram, em 27 de março de 2019, um contrato de concessão de exploração de um terreno municipal para a Construção e Exploração de um Complexo Desportivo Integrado, contrato submetido à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, tendo sido considerado isento de tal fiscalização por não implicar a realização de despesa pública.

A Supera Areeiro, SA, por requerimento de 16 de janeiro de 2020, veio solicitar, ao abrigo do disposto no artigo 411.º do Código dos Contratos Públicos, a cessão da posição que ocupa no identificado contrato a favor da sociedade Supera Braga, Unipessoal, Lda.

Prescreve o artigo 316.º do Código dos Contratos Públicos que **«na falta de estipulação contratual ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, são admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação»**, sem prejuízo de algumas limitações previstas na lei. A possibilidade de cessão de posição contratual do concessionário é possível, estando expressamente prevista no n.º 3 da Cláusula 11.ª do Contrato de Concessão, estando dependente de autorização escrita por parte do Concedente, isto é, o Município de Braga.

Para que o Município de Braga possa autorizar legitimamente a cessão da posição contratual pretendida, impõe-se de avaliar, designadamente, se o cessionário - Supera Braga, Unipessoal, Lda - tem objeto social compatível com a prestação contratual e se não se encontra abrangida por alguma das causas de impedimento previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Para aquele efeito, solicitou-se à Supera Areeiro, SA (a atual Concedente e requerente), em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos e relativamente à entidade Supera Braga, Unipessoal, Lda, a apresentação dos documentos seguintes:



DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

a) Certidão do registo comercial ou código de acesso à mesma, para aferir o cumprimento das exigências inscritas no artigo 411.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Todos os documentos de habilitação que a Supera Areeiro, SA, foi obrigada a apresentar em fase de habilitação no concurso de concessão.

Por outro lado, uma vez que a caução que garante a perfeita e tempestiva execução do contrato de concessão foi prestada pela Supera Areeiro, SA – entidade que deixará de ser parte no contrato caso a cessão possa e venha a ser autorizada – notificou-se o concedente para apresentar nova caução, prestada pela Supera Braga, Unipessoal, Lda, nos exatos e precisos termos da caução existente, como requisito e condição para que a cessão de posição contratual possa ser autorizada.

O concedente apresentou todos os documentos de habilitação exigidos, bem como a caução de substituição exigida, estando, assim, reunidos os requisitos habilitadores para, se o Executivo Municipal assim o entender, autorizar a cessão parcial da posição contratual, nos termos requeridos.

Nestes termos, submete-se à decisão da Câmara Municipal de Braga a autorização para a cessão parcial da posição contratual no contrato de concessão de exploração de um terreno municipal para a Construção e Exploração de um Complexo Desportivo Integrado, e, caso tal cessão seja autorizada, a notificação da autorização de tal cessão aos interessados, com a especificação de que deverão remeter à autarquia cópia do contrato de cessão de posição contratual autorizada, nos termos consentidos pela autarquia.

14 de abril de 2020

Divisão de Fiscalização de Empreitadas,

Anexo: Pedido apresentado pela empresa Supera Areeiro,SA (doc. MGD E/2789)

Ofício a solicitar doc. de habilitação

Doc. de habilitação apresentados